

# Diário do Legislativo de 14/09/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Café, em 31/8/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes, Fábio Avelar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues, em que pleiteia sejam solicitadas ao Juiz da Comarca de Poços de Caldas providências a fim de proibir que o Sr. Jaime Junqueira Payne se ausente do País até que se ultimem os trabalhos desta CPI; e sejam dispensados de seus depoimentos os Srs. José Rizolias, Hélcio Heuler Hemétrio, Wauker Zannut, José Inácio, Roberto de Souza Costa, Osmar Arestup, Sebastião Marquete, Vanderley Antônio Chilense, Paulo Henrique Delicole e Cezário Baptista e as pessoas citadas no depoimento do Sr. Marcelo Ávila; e Rogério Correia, em que solicita sejam convidados o Sr. Ozany Pereira Barbosa e o Delegado Osvaldo Wiermann Júnior para prestarem esclarecimentos acerca do desvio de aproximadamente 8 mil sacas de café dos armazéns da Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande Ltda., em Lavras. O Presidente esclarece que o teor desta reunião encontra-se, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia - Fábio Avelar - Roberto Ramos.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 72ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 14/9/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 85, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado, conforme o previsto no parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.145, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova União o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.114, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.115, que dá nova denominação ao Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define sua competência e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.144, que institui o sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - para os grupos de candidatos que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.192, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, e 13.470, de 17/1/2000, e a Lei Delegada nº 60, de 29/1/2003, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.537/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB - MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1, e pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.796/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 25.700.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.800/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 83.924.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.799/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 11.290.516,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Alçada do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.795/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 35.200.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.797/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 1.834.800,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.798/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 91.000.284,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.481/2004, do Governador do Estado; 1.297/2003, do Deputado André Quintão; 1.741/2004, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.249/2004, do Deputado Leonardo Moreira e 3.259/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.212 e 3.213/2004, do Deputado João Bittar; 3.218/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.197/2004, do Deputado George Hilton; 3.226 e 3.227/2004, do Deputado Antônio Andrade; 3.242 a 3.245/2004, do Deputado Arlen Santiago; e 3.261/2004, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.768/2004, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.114/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.121, 3.246 e 3.247/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.123, 3.124, 3.128 e 3.168/2004, do Deputado Doutor Viana; e 3.258/2004, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.733/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.776/2004, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.250/2004, do Deputado Sebastião Helvécio.

Finalidade: debater, a requerimento do Deputado Laudelino Augusto, com convidados, a iminente transferência da empresa ArvinMeritor do Município de Cambuí para o Município de Limeira, São Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 14/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.775/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

No 2º turno: Projetos de Resolução nºs 1.516 e 1.742/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.175/2004, do Deputado Djalma Diniz; 3.191/2004, do Deputado Doutor Viana; 3.192 e 3.238/2004, da Comissão Especial da Fruticultura; e 3.262/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 15/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.230/2004, do Deputado Miguel Martini.

Finalidade: debater, com convidados, a inserção do sistema "closed caption" na programação das emissoras de televisão, visando a beneficiar portadores de deficiência auditiva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 15/9/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.530/2004, do Deputado George Hilton; 1.548/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.738/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.455/2004, do Deputado Gilberto Abramo; 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia: Requerimentos nºs 3.125, 3.176 e 3.216/2004, do Deputado Doutor Viana; 3.172/2004, do Deputado João Bittar; 3.196/2004, do Deputado Adalclever Lopes; 3.203/2004, do Deputado George Hilton; 3.221/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 3.236/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 3.237/2004, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 15/9/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.622/2004, do Deputado Chico Simões; 129/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.096/2003, dos Deputados Weliton Prado e George Hilton; 1.456/2004, do Deputado George Hilton; 1.661/2004, do Deputado Biel Rocha e 1.737/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 15/9/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 14/9/2004, destinada ao prosseguimento do Seminário Legislativo "Saneamento Ambiental: Demandas e Intervenções Necessárias".

Palácio da Inconfidência, 13 de setembro de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/9/2004, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 85, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado, conforme o previsto no parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado; dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.114, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica; 16.115, que dá nova denominação ao Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define sua competência e dá outras providências; 16.144, que institui o sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - para os grupos de candidatos que menciona; 16.145, que autoriza o Poder Executivo a

doar ao Município de Nova União o imóvel que especifica; 16.192, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, e 13.470, de 17/1/2000, e a Lei Delegada nº 60, de 29/1/2003, e dá outras providências; 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica e dá outras providências; 1.537/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB - MG; 1.795/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 35.200.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado; 1.796/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 25.700.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado; 1.797/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 1.834.800,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado; 1.798/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 91.000.284,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado; 1.799/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 11.290.516,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Alçada do Estado; e 1.800/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 83.924.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de setembro de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Ivair Nogueira, Leonardo Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2004, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2004.

Márcio Kangussu, Presidente "ad hoc".

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/9/2004

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembléia, como disse anteriormente, não nos cansaremos de cobrar medidas do poder público, em especial da classe política, já que é por ela que passam as questões.

Tivemos mais um final de semana prolongado. Mais uma vez, pudemos aferir que o índice de violência e criminalidade em nosso Estado vem aumentando drasticamente. Nesta tarde, quero dizer que, desde que aqui cheguei, em 1º/2/99, data em que tomei posse para o meu primeiro mandato, acompanho sistematicamente os homicídios ocorridos na Região Metropolitana. Constatamos, nos últimos dois anos, uma média de 20 a 30 homicídios ocorridos em finais de semana.

Disse agora ao Deputado Rêmoló Aloise, que hoje preside este Poder oficialmente, que podemos ver se a violência está mais acentuada, se a criminalidade está avançando, quando o próprio poder público é afrontado diuturnamente, eu diria até escancaradamente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, só este ano foram registrados 26 homicídios de servidores da segurança pública. Vejam que ainda estamos no início do mês de setembro! Portanto, temos ainda cerca de 2 meses e 20 dias para o final do ano. No ano passado, o número de servidores da segurança pública mortos pelos marginais em serviço ou mesmo nas horas de folga chegou a 29. Isso porque, ao anunciar o assalto e saber que aquele cidadão é um policial, o bandido executa-o sumariamente, até mesmo com tiros na cabeça, conforme vem sendo registrado pelos servidores do nosso gabinete.

Farei uma rápida leitura dos 26 nomes de servidores da segurança pública que foram mortos. Trata-se de policiais civis e militares e Agentes Penitenciários, que também são agentes de segurança pública do Estado. Em 10/1/2004, o Soldado PM Cleber de Andrade Moura; em 25/1/2004, o Detetive Néelson Rocha Piedade; em 29/1/2004, o Cabo PM Mauro Antônio Araújo; em 1º/2/2004, o Soldado PM José Lafaiete Ferreira; em 4/2/2004, o Cabo reformado Adilmar Souza de Oliveira; em 10/2/2004, o Sargento Fernando Benigno de Souza; em 10/2/2004, o Detetive Anderson Eustáquio Fernandes; em 14/2/2004, o Cabo reformado Jair Sebastião Manuel; em 29/2/2004, o Soldado reformado Gilson Rodrigues Ferreira; em 11/3/2004, o Agente Penitenciário Leonardo Evangelista; em 20/3/2004, o Soldado Leomar Pereira Martins; em 18/4/2004, o Ten. Maurício Monfardini, morto próximo à cidade de Alfenas, em Areado; em 5/4/2004, o Cabo PM Pedro Vieira da Silva Filho; em 28/4/2004, o Soldado Adilson Gonçalves; em 20/5/2004, o Soldado reformado Artur de Oliveira Motta; em 21/5/2004, o Cabo PM Cláudio Ribeiro da Silva; em 29/5/2004, o Cabo PM Hélio Siqueira; em 22/6/2004, o Agente Penitenciário Cleiton Estevão Alves; em 4/7/2004, o Cabo reformado Vicente Mendes de Lima; em 7/8/2004, o Cabo reformado Avelino Laia Filho; em 14/8/2004, o Detetive aposentado Sebastião Jacinto Tavares; em 28/8/2004, o Agente Penitenciário Dalmácio Eustáquio Ferreira; em 31/8/2004, o Detetive aposentado Antônio D'ávila dos Santos; e, agora, nesse final de semana, dia 4/9/2004, o Delegado regional de Divinópolis, Lúcio Nogueira Ferreira de Melo.

Digo isso para terem idéia do tamanho da audácia, da ousadia dos marginais dentro de nosso Estado. No dia 6, agora, neste feriado, foi o Cabo Sérgio Luís Gomes e, por último, no dia 7, o Vistoriador de Veículos Salvador Francisco da Silva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, fizemos questão de fazer a leitura de todos os nomes dos companheiros, servidores da segurança pública, os quais morreram em virtude de exercer a profissão de policial ou de tê-la exercido. Deixei aqui registrado e novamente registro que a média de homicídios contra o cidadão tem sido de 25 a 30 nos finais de semana. Trata-se de um índice alarmante, mas infelizmente não há preocupação efetiva de toda a classe política de nosso Estado. Não existe preocupação por parte do Governo Federal com a questão dos índices de violência e criminalidade. A cada dia, as mortes ocorrem. As vidas desses servidores têm sido banalizadas pelos veículos de comunicação em massa, pelos próprios políticos que detêm condições para tomar decisões, que não vêm sendo tomadas.

Temos feito denúncias rotineiramente, desta tribuna ou da Comissão de Segurança Pública, da qual sou Presidente. Temos vários problemas no

que diz respeito ao sistema penitenciário do nosso Estado, e também relativamente ao reaparelhamento e aos equipamentos de nossas forças de segurança pública, assim como com a questão salarial desses servidores. No entanto, estamos assistindo a tudo isso passivamente. Parece que matar policial em nosso Estado é coisa tão comum que nossa classe política não se sensibiliza. Parece que está morrendo um indigente ou uma pessoa que não está investida de autoridade pública.

A afronta ao policial, àquele detentor de um cargo público que tem o dever e a missão de defender a sociedade, está ocorrendo sem causar estranheza à classe política, o que sinaliza que estamos muito mal com nossa segurança pública. O cidadão que nos está assistindo percebe que 26 servidores da segurança pública foram mortos no Estado de Minas Gerais, somente neste ano, e que, certamente, a continuar com esse índice, ultrapassaremos o número dos 29, que morreram no ano passado.

Estamos às vésperas de, mais uma vez, votarmos a peça orçamentária para o próximo ano. Novamente proporemos emendas ao orçamento prevendo que a segurança pública receba uma atenção especial para que haja investimento real nesse setor. Temos notado que, nos últimos 15 anos, no Estado, não houve investimento real em segurança pública. Apenas uma reposição daquilo que necessitamos dentro do aparato de segurança.

Recentemente ocupei esta tribuna para dizer que o Governador Aécio Neves liberou R\$2.000.000,00 de verbas para 62 municípios que nem sequer dispõem de uma viatura dentro do nosso Estado. Por outro lado, foi liberado cerca de R\$15.000.000,00.

Queremos fazer aqui um apelo ao nosso Governador.

Hoje, podemos dirigir esse apelo ao seu representante legítimo, o Secretário de Governo Danilo de Castro. Há necessidade de investimento real em segurança pública. O cidadão que se organiza em sua comunidade, por meio do CONSEP, e gasta uma parte do seu tempo para reverter esse quadro não encontra por parte do Estado uma contrapartida.

Sr. Presidente, enfatizamos que existem na Casa Deputados que se preocupam com a segurança pública. Mas precisamos de uma melhor acolhida do Governo Federal, que deve fazer a vigilância de nossas fronteiras, para combater efetivamente o contrabando de armas e o tráfico de drogas, que não vêm sendo combatidos da forma como deveriam.

É preciso que o Governo Federal se manifeste de forma a evitar que esse armamento pesado e a pasta básica de cocaína passem livremente por nossas fronteiras. Por isso, há essa violência e essa criminalidade estampadas nos jornais, todos os dias, sem que haja efetivamente uma redução ou sequer uma luz no fim do túnel.

Estamos preocupados não apenas com os servidores da segurança pública que vêm morrendo em defesa da sociedade, mas também com o cidadão que paga os seus impostos em dia, a taxa de segurança pública e vários tributos, pois vivemos em um País que tem uma das cargas tributárias mais altas do mundo.

É necessário que a classe política comece a fazer, diria, não uma frente parlamentar em defesa da segurança pública, mas que cada um comece a se sensibilizar diante dessa situação a que estamos assistindo. Não podemos continuar convivendo com esse número de homicídios nos finais de semana.

Sr. Presidente, devido à falta de investimento em segurança pública no Estado e ao atraso de repasses do Governo Federal, já estamos assistindo a cidadão discar para o 190 e ter de esperar duas, três ou quatro horas para uma viatura atender à ocorrência. Algumas vezes o cidadão é até orientado a não aguardar a viatura, porque não irá, devendo comparecer a uma companhia ou à delegacia mais próxima. Esse é o quadro que estamos enfrentando no dia-a-dia.

Apresentamos à Casa o Projeto de Lei nº 1.823, que trata do Fundo Estadual de Segurança Pública, que visa garantir recursos carimbados, vinculados, para que não se tenha a infelicidade de assistir passivamente à violência crescer e nada ser feito de forma concreta para conter esses índices.

Sr. Presidente, o projeto prevê que o Fundo Estadual de Segurança Pública, com todas as taxas de segurança pública - e já deveria haver obrigação legal de sua destinação à segurança pública -, seja gerido pela Secretaria de Estado de Defesa Social, mas com fiscalização do conselho paritário formado por membros das Polícias Civil e Militar, do Ministério Público, da OAB, da magistratura, da Assembléia Legislativa e da sociedade de uma forma geral.

É necessário que, mais do que nunca, nós, parlamentares, tenhamos a consciência de que, se não vincularmos recursos para a segurança pública, continuaremos a ver os jornais, na segunda-feira, trazerem o balanço do final de semana mais violento do ano ou um dos mais violentos do ano, com 25 a 35 homicídios na Região Metropolitana.

Quero fazer um apelo para que os Deputados desta Casa possam sensibilizar-se em relação à segurança pública de Minas, com as vidas que estão sendo ceifadas a cada dia por marginais.

Temos aqui registrado o retrato fiel da ousadia do avanço da violência e da criminalidade: a morte de um Delegado Regional de Divinópolis, a tiros, de surpresa, quando estava com sua família em um sítio na cidade de Florestal. Isso por si só é uma demonstração do avanço da violência a que estamos assistindo passivamente.

Como reage o cidadão que precisa de uma viatura? Quando esse cidadão discar 190 e espera até 3 horas para que uma viatura o atenda, tenho a certeza de que terá uma indignação difícil de explicar. Não há como explicar a um cidadão que paga seus impostos e taxas de segurança pública em dia que ele tem de esperar horas por uma viatura, e, às vezes, até não é atendido.

Há 15 anos não há investimento real em segurança pública. Se a classe política não se sensibilizar, em nome do cidadão que paga os seus impostos e está sofrendo nas ruas, certamente a violência tenderá a aumentar. Volto a repetir que as mortes dos servidores da segurança pública constitui um termômetro para se medir o tamanho da ousadia que os bandidos imprimem em Minas Gerais. Portanto, faço apelo à classe política para que se sensibilize e nos ajude a sensibilizar o Governador do Estado para que haja mais investimentos na área da segurança pública. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, imprensa, funcionários da Casa, público que nos vê das galerias e por meio da TV Assembléia, hoje, 8 de setembro, é o Dia Internacional da Alfabetização. Quero parabenizar todos aqueles envolvidos direta ou

indiretamente com a alfabetização de milhões de brasileiros: empresas privadas, ONGs, alfabetizadores voluntários e tantos outros que contribuem para a diminuição da grave exclusão social que aflige o nosso País.

Torcemos e trabalhamos pela valorização da pessoa humana. Acreditamos que programas assistencialistas nada resolvem; ao contrário, o que vemos é o alarmante crescimento do número de pessoas menos favorecidas no Brasil.

Solicitamos ao Governo Federal que busque resolver o problema dos desempregados, restaurando-lhes a dignidade de viver, o respeito da família e dos amigos, porque um cidadão com trabalho garantido é uma pessoa a menos com problemas de saúde, como a depressão e o desânimo. Uma pessoa sem emprego tem menos esperança no futuro, chegando a se revoltar contra o seu próprio Estado ou País.

Pedimos aos Governos que continuem a se empenhar, principalmente o Governo Federal, para que se consiga aumentar o número de empregos tão prometido no Brasil.

O Governo Federal está tendo dificuldades para fiscalizar o programa Bolsa-Família, pois não consegue saber quais alunos estão freqüentando as escolas, e o programa determina que a família que receba o benefício de R\$95,00 deverá comprovar a renda familiar por pessoa, inferior a meio salário mínimo e a manutenção dos filhos na escola.

O controle deveria ser feito por meio de cadastro preenchido por professores e enviados à Caixa Econômica Federal. Gente, nenhum professor no Brasil é dedo-duro. Até o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, já admitiu em rede nacional que a fiscalização do Bolsa-Família é precária. A meta do Governo Federal é atingir mais de 11 milhões de famílias com o programa.

O Orçamento Federal para os gastos com a educação, em 2005, é de R\$7.600.000.000,00, enquanto o do Bolsa-Família é de R\$6.700.000.000,00. Agora - pasmem! -, somente R\$83.000.000,00 serão destinados à capacitação de professores. Esses dados foram veiculados no jornal "O Globo", de 7/9/2004. Ontem se comemoraram 182 anos da Independência do Brasil.

Nossos governantes federais, antes, eram contrários às questões do FMI. Há certa convivência, aproximação e até mesmo pagamento acima do que o FMI exige, que já é extremamente extorsivo, gerando graves problemas sociais. Faltarão recursos para a saúde, para a educação, para o desenvolvimento e para geração de empregos. Não creio que o País necessite dar um calote no FMI, mas defendo que a nossa dívida, crescente e impagável, deve ser revista. Não podemos continuar à mercê de banqueiros internacionais, porque, senão, nossa "independência" não terá acontecido plenamente.

Falarei sobre a transferência dos vôos do aeroporto da Pampulha para o aeroporto de Confins. Posiciono-me favoravelmente a ela, mais uma vez, principalmente pelo fato de que os moradores da região da Pampulha serão beneficiados com a diminuição do tráfego aéreo e do trânsito nessa região. O problema é que cerca de 70% dos vôos da Pampulha são comerciais ou de passageiros a negócios. Esses vôos, ao serem transferidos para Confins, causarão transtornos aos passageiros. Enquanto a via de acesso a Confins não for melhorada, o trânsito continuará caótico. Um empresário que vem a Belo Horizonte ou sai da cidade quer chegar o mais rápido possível ao seu destino.

Precisamos incentivar a ocupação do aeroporto de Confins, mas, para que isso aconteça, é preciso haver o melhoramento das estradas e dos acessos, o que ainda não aconteceu.

Já tivemos aqui uma Comissão Especial para estudar a situação dos aeroportos, a qual foi presidida pelo Deputado Fábio Avelar, e discutimos essas questões. Vimos as dificuldades dos aeroportos e concluímos pela necessidade de intensificar a ocupação de Confins; mas, no relatório final, colocamos que era premente melhorar os acessos ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Agora, estão se precipitando e vão transferir os vôos para lá no final do ano, sem melhoria nenhuma das estradas, o que trará um transtorno imenso. Muitas pessoas deixarão de vir, rapidamente, resolver problemas em Belo Horizonte, principalmente no que se refere a negócios, porque a distância aumentará, e o tempo duplicará, ou triplicará, dependendo dos engarrafamentos, já que não se fizeram os preparos indicados no relatório da Comissão Especial dos Aeroportos e apresentado ao Poder Executivo.

Pedimos ao Governador Aécio Neves, incansável defensor das melhorias de nossas estradas, e aos órgãos envolvidos que estejam atentos a esse assunto, antes de chegarem a um posicionamento final. Preocupo-me bastante com isso.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)\* - Cumprimento V. Exa. por sua fala sobre o nosso trabalho. Participamos da Comissão Especial dos Aeroportos, que, em seu relatório, apresentou uma série de sugestões. V. Exa. vem agora demonstrar sua preocupação sobre essa transferência de vôo programada até o final do ano para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Gostaria de tranquilizar V. Exa. Tivemos a oportunidade, representando a Assembléia Legislativa, de participar de uma audiência pública realizada no próprio Aeroporto Internacional Tancredo Neves, na qual estiveram presentes todas as autoridades ligadas ao segmento aeroportuário, como a INFRAERO, o DAC, as Prefeituras e Câmaras Municipais e representantes da área de turismo. Todos estiveram reunidos nessa audiência pública, de certa maneira patrocinada pelo DAC, com o objetivo de ouvir as pessoas envolvidas na questão do aeroporto da Pampulha e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no que se refere à adequação necessária para a transferência dos vôos. O Secretário Brumer nos informou que todas as medidas iniciais seriam feitas de acordo com a programação das transferências, e acredito que todas as medidas estão sendo tomadas segundo o acordo feito entre o Estado, a União e a Prefeitura.

Mesmo que todas as obras não sejam contempladas na primeira fase, podemos afirmar que estivemos presentes à audiência e consideramos interessante fazer a transferência, com um pequeno sacrifício inicial, para revitalizar realmente o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, que é não apenas um sonho nosso, que somos de Lagoa Santa e moramos em Belo Horizonte, mas também um sonho de Minas Gerais. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Doutor Viana - Agradecemos os esclarecimentos prestados pelo colega e amigo Deputado Fábio Avelar. Precisamos continuar fiscalizando e exigindo que realmente haja as melhorias, para não atrapalhar todos os empresários e pessoas que vêm aqui a negócios.

Já que citei a Pampulha, tomamos conhecimento de que foram gastos, na atual administração, cerca de R\$85.000.000,00 em melhorias em torno da lagoa.

Mais uma vez, chamo a atenção para aquelas reformas, que são como uma maquiagem, pois agradam aos olhos, mas não apresentam nada de concreto. O espelho d'água da lagoa continua reduzido, e o cheiro ruim e o assoreamento também perduram, prejudicando muito os moradores da região. Os peixes continuam impróprios para o consumo, como foi comprovado cientificamente por meio de pesquisas dos professores universitários da Capital. Cobramos mais uma vez da administração municipal de Belo Horizonte o que está sendo realizado, porque, na realidade, se trata de uma maquiagem muito bem-feita, e que, internamente, deixa muito a desejar.



Cobro ainda a transparência da Prefeitura, pois não nos enviou respostas aos questionamentos que fizemos quanto às obras, às medidas e aos custos do que foi realizado na lagoa da Pampulha, na Casa do Baile e na Praça Sete. Não estamos fazendo oposição destrutiva. Pretendemos apenas cumprir o nosso papel de fiscalizadores, para que o dinheiro público não seja jogado pelo ralo, como ocorreu ao longo de tanto tempo com relação a obras na Pampulha. A população não pode ficar esperando indefinidamente por uma resposta relativa ao que ocorre com a Pampulha e com outros patrimônios dos mineiros. Precisamos dessas respostas, mas, infelizmente, ainda não as obtivemos.

Sr. Presidente, viajando pela estrada que liga Pirapora a Patos de Minas, constatei que alguns trechos estão em estado de calamidade, principalmente na localidade de JK, trevo da BR-040 com a estrada que liga Pirapora a Patos de Minas. Esse trecho está intransitável. É um absurdo a situação continuar assim. A temporada de chuva está chegando. A BR-135 e o trecho que liga Augusto de Lima a Joaquim Felício estão intransitáveis. Cobramos, mais uma vez, as providências, porque os acidentes estão acontecendo, e vidas estão sendo ceifadas. É a quadragésima quarta ou a quadragésima quinta vez que denunciamos essa situação. Os carros têm de fazer ziguezagues para fugir dos buracos. Trata-se de um risco extremamente grande. Pedimos que o Governo Federal libere os recursos da CIDE, que seriam destinados exclusivamente para a manutenção das estradas, mas que estão sendo usados para se fazer superávit primário, a fim de agradarem ao FMI. Solicitamos a sua liberação, para que sejam corrigidas as rodovias em estado de calamidade.

Parabenizo o nosso companheiro Deputado Rêmoló Aloise, que assumiu oficialmente a Presidência da Assembléia, assim como o nosso Presidente, Deputado Mauri Torres, que assumiu o Governo do Estado. Esperamos que tanto um quanto o outro possam desenvolver um trabalho extraordinário em benefício do povo de nosso Estado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/9/04, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Flávia Guimarães Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2004

#### CONCORRÊNCIA Nº 1/2004

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC -, nas modalidades Local Fixo-Fixo, com fornecimento de central telefônica PABX e aparelhos telefônicos, Longa Distância Nacional, Longa Distância Internacional

Licitantes habilitadas: Telemar Norte Leste S.A., Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL -, Global Village Telecom Ltda. e TNL PCS S.A.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2004.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2004

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2004

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 27/9/2004, às 10h15min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para execução de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMGO, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Fundação Felice Rosso. Objeto: prestação de serviços de assistência hospitalar. Vigência: de 9/9/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.